



Anais do 3º Encontro da Rede de Pesquisa em Governança da Internet
Manaus, 01 de outubro de 2019
ISSN: 2675-1690 v.3, 2020

ELEIÇÕES E PROPAGANDA POLÍTICA COMPUTACIONAL: UM OLHAR SOBRE A ATUAÇÃO DO MBL DURANTE O PERÍODO ELEITORAL DE 2018

Maria Cortez Salviano¹

RESUMO

O ciberespaço e as redes sociais têm sido pauta de discussões relevantes sobre as novas formas de participação política nos últimos anos. Em um cenário altamente conectado, movimentar-se nos caminhos digitais tem se tornado uma ferramenta política importante ao permitir uma posição de influência nos debates online, com impactos nas esferas tradicionais da atividade política. No entanto, não é mais possível olhar para este fenômeno apenas como uma “guerra de narrativas”, pois o espaço em que se dão as discussões também tem os seus modos de funcionamento próprios. Assim, a partir de um estudo sobre estrutura tecnopolítica e amplificação de processos informacionais, este artigo propõe uma análise da atividade do Movimento Brasil Livre (MBL) no Twitter durante as eleições brasileiras de 2018, observando quais elementos de suas publicações conquistaram maior engajamento digital. O grupo é um dos importantes representantes da chamada “nova direita” no país atualmente, movimento que floresceu durante as manifestações que resultaram no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e que tem atividade principalmente online. Uma vez que este tipo de grupo tem apresentado crescimento significativo nas redes sociais brasileiras, defende-se que olhar para os modos de atuação da nova direita pode dar pistas sobre as dinâmicas políticas que se fizeram possíveis no ciberespaço.

PALAVRAS-CHAVE

Ativismo digital; Nova direita; Redes sociais; Eleições brasileiras de 2018; Movimento Brasil Livre.

ABSTRACT

Cyberspace and social networks have been the subject of relevant discussions about the new forms of political participation in recent years. In a highly connected scenario, moving along digital paths has become an important political tool by enabling a position of influence in online debates, with impacts on traditional spaces of political activity. However, it is no longer possible to look at this phenomenon merely as a “war of narratives”, as the space in which discussions take place also has its own modes of operation. Thus, from a study on technopolitical structure and amplification of

¹ Jornalista pela Faculdade Cásper Líbero, atualmente é mestranda em Divulgação Científica e Cultural no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: maria.salviano@gmail.com.

informational processes, this article proposes an analysis of the Movimento Brasil Livre (or Free Brazil Movement) activity on Twitter during the 2018 Brazilian elections, observing which elements of its publications gained the main digital engagement. The group is one of the important representatives of the so-called “new right” in the country today, a movement that flourished during the protests that resulted in the impeachment of former president Dilma Rousseff and which is mainly online. Since this type of group has shown significant growth in Brazilian social networks, looking at the modes of action of the new right can give clues about the political dynamics that were made possible in the cyberspace.

KEY WORDS

Digital activism; New right; Social networks; 2018 Brazilian elections; Movimento Brasil Livre.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as redes digitais tornaram-se peças centrais em debates sobre a participação democrática e a cidadania. As discussões e os ativismos que ocorrem online têm afetado os espaços tradicionais (e ditos “off-line”) da atividade política: a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República é o caso recente mais significativo deste fenômeno no Brasil, pois sua campanha na corrida eleitoral de 2018 foi feita em grande parte via Internet e, mesmo depois de eleito, o político mantém nas redes sociais seu principal canal de comunicação com a população.

É possível mencionar também os vários movimentos políticos que têm atuação sobretudo online e que, declarando-se apartidários, divulgam ideias associadas à direita ou à extrema direita e conseguem influenciar fortemente a opinião pública digital: a chamada “nova direita”² brasileira. Tais grupos tiveram um grande crescimento durante o ciclo de manifestações que culminaram no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, beneficiando-se do uso de redes sociais para divulgar seus pontos de vista e convocar atos contra o governo (ROCHA, 2018).

Porém, tais discussões online não podem ser entendidas apenas como uma “guerra de narrativas”, visto que o espaço em que elas se dão tem sua lógica própria, não é neutro. É preciso levar em conta, também, a estrutura da rede e como as mensagens conseguem se dispersar no ambiente digital, e de que maneira este “espaço de debate” interfere nas formas de leitura e de mobilização política. As acusações de que *bots* podem ser usados para influenciar o debate político online e o

² A nomenclatura está em aberto; há diversas formas de conceituar o fenômeno. Rocha (2018) chama tais movimentos de nova direita, mas Miguel (2018), por exemplo, fala em extrema-direita; Almeida (2018), em neoconservadorismo, com relações próximas com o liberalismo.

escândalo de Cambridge Analytica, por exemplo, geraram desconfiâncias sobre as possibilidades de se fraudar o processo democrático. Uma vez que seria possível conhecer em detalhes o perfil dos eleitores com uso de *big data* e influenciá-los de diversas formas nas redes sociais, há quem se pergunte: “toda democracia será manipulada?” (GRASSEGGGER; KROGERUS, 2017)

Diante de tais fenômenos e por serem uma “novidade” tecnológica, é possível que as redes sociais sejam vistas nas chaves ou do medo ou do fascínio. Aqui, porém, recorreremos a Simondon (2008 [1958]), buscando pensar outras formas de relação entre o humano e os objetos técnicos: estes últimos não são “puros *conjuntos de matéria*, desprovidos de verdadeiro significado e apresentando apenas utilidade”, nem tampouco um perigo iminente que poderá destruir toda a cultura. As redes sociais, assim como outros objetos técnicos e meios de comunicação, estão inseridas em um sistema social, político e cultural mais amplo, simultaneamente fruto dele e ajudando a construí-lo; além disso, são também um espaço em que as narrativas nascem e vão se modificando.

Nesse contexto, há toda uma série de novas questões na mesa: de que forma a rede impacta a democracia? É possível haver política em um espaço altamente controlável, modulável? E que política seria essa? Eleições poderão se decidir pelo funcionamento da técnica, pela efetividade do marketing ou pela qualidade do debate? Como a atividade política online é um fenômeno recente, as respostas não são definitivas. Este artigo, portanto, dialoga e pretende, com sorte, colaborar com as pesquisas atuais na área da propaganda política computacional, em um esforço conjunto de iluminar o caminho que poderá ser percorrido e apontar possibilidades de entendimento.

ESTRUTURA TECNOPOLÍTICA E AMPLIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Desde o seu surgimento, o ciberespaço foi pauta de declarações as mais apaixonadas sobre suas “potencialidades emancipatórias”. Alguns autores destacaram, por exemplo, que a sua estrutura descentralizada abriria espaço para uma grande liberdade individual e para ações políticas coletivas inovadoras, longe de um Estado “opressor” (BARLOW, 1996). Atualmente, quando se fala em movimentos políticos digitais, o eco de tais ideias logo se faz ouvir. Porém, especialmente após casos como Edward Snowden e Cambridge Analytica, não cabe mais olhar para a

Internet como uma grande “ágora eletrônica”, em que todos os participantes têm voz e serão plenamente ouvidos em um debate racional, plural e equilibrado; a estrutura do digital, que permite novas formas de relações sociais e políticas, também precisa ser levada em conta em análises sobre participação política e ativismo online.

É possível que as concepções de que a Internet seria intrinsecamente democrática e emancipatória tenham como origem a essência da chamada “Ideologia Californiana”: como apontam Barbrook e Cameron (2018), na segunda metade do século XX a conjunção entre a “boemia cultural” de São Francisco (hippies) e a indústria de tecnologia do Vale do Silício (yuppies) gerou uma visão de mundo que acreditava fortemente no potencial emancipador da tecnologia. No encontro entre dois mundos aparentemente tão díspares, havia em comum a crítica à política institucional (com diferentes acusações de “opressão” contra o Estado, seja por limitar a expressão individual ou o livre mercado), e a defesa de um empreendedorismo, ou um “faça você mesmo” a mudança que quer ver no mundo. Segundo os autores,

O amplo apelo destes ideólogos da costa oeste não é simplesmente resultado de seu otimismo infeccioso. Acima de tudo, eles são defensores apaixonados do que parece uma forma de política impecavelmente libertária – eles querem que as tecnologias da informação sejam usadas para criar uma nova “democracia jeffersoniana”, em que todos os indivíduos serão capazes de se expressar livremente dentro do ciberespaço. (BARBROOK; CAMERON, 2018, p. 12)

A “Ideologia da Califórnia”, no entanto, ao rechaçar a macropolítica institucionalizada e defender que a técnica poderia gerar um novo tipo de democracia horizontal, fechava os olhos para algumas relações de poder e desigualdades que havia já na construção desse novo espaço. Além disso, ignorava as novas formas políticas que poderiam nascer em uma estrutura conectada.

Deleuze (1992), por exemplo, destacou a existência de um novo tipo de poder, cujo lugar por excelência é o ciberespaço e que se manifesta não mais via disciplina (FOUCAULT, 2014), mas na capacidade de modular escolhas, fluxos, indivíduos. No que o filósofo chamou de “sociedades de controle”, o poder passaria a agir principalmente no espaço aberto – e não mais em ambientes fechados de confinamento, como a prisão, a escola, o hospital. Diferentemente das “sociedades de disciplina”, em que o poder estaria no exercício e criação de moldes nos quais os

indivíduos poderiam ser encaixados, a questão central torna-se a capacidade de modulação. Como diferencia Deleuze,

Os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro. (DELEUZE, 1992, p. 221)

Com a geração, coleta e análise de dados em grande escala favorecida com a expansão da Internet, esta lógica ganha combustível extra. A partir do fluxo de informações, seria possível modular que escolhas fazemos, para onde vamos, o que podemos ser.

O acesso à informação, porém, não é universal; atualmente, seu domínio está principalmente nas mãos das grandes empresas de tecnologia que concentram dados sobre usuários de serviços online. Além disso, o funcionamento da técnica permanece uma “caixa-preta” para a maior parte da população, já que não se sabe plenamente de que forma e quais dados são coletados, por exemplo. No entanto, ainda que se caminhe muitas vezes no escuro, conseguir mover-se no emaranhado numérico de vozes que compõem a Internet tem se mostrado uma ferramenta política essencial, permitindo, entre outras coisas, a dispersão em massa de ideias e o engajamento em torno de pautas que de outra forma poderiam passar despercebidas.

A propaganda e ação política observadas nas redes sociais nas últimas eleições brasileiras, neste sentido, podem dar algumas pistas sobre formas de atuação que, ainda que permaneçam dentro da lógica das sociedades de controle, permitem outros movimentos neste contexto.

Simondon, ao discorrer sobre a amplificação nos processos de informação, também fala em modulação. Ainda que haja diferenças entre o que é abordado por ele e por Deleuze, interessa-nos, aqui, olhar para os seus pontos de convergência. Simondon, filósofo da técnica, parte do entendimento do maquínico para elaborar uma teoria da individuação que se aplique igualmente aos objetos técnicos, ao funcionamento biológico e aos processos psicossociais. Para ele, a modulação se dá quando uma fonte de energia externa controla um sistema, “domesticando” as transformações que ocorrem ali. Nas palavras do filósofo, ela “determina o novo segundo a estrutura do antigo (ação de relé), o condiciona” (SIMONDON, 2010).

No entanto, segundo o autor, esta não é a única maneira de amplificação nos processos informacionais. O “modo mais elementar”, para Simondon (2010), é a

transdução – e esta é a forma que mais nos chama a atenção, uma vez que sua descrição pode se aplicar também ao processo de dispersão da propaganda política computacional.

Na transdução, a amplificação se dá não a partir de uma fonte externa, mas pelo contágio um a um. O filósofo usa o exemplo da formação de cristais para explicar este funcionamento: há algo que, introduzido em uma solução supersaturada, provoca uma pequena transformação, local. O conjunto de pequenas moléculas transformadas em cristal impacta as moléculas imediatamente vizinhas, que também se cristalizam – e assim sucessivamente. A *transformação* do elemento anterior provoca a mudança no próximo. Como descreve o filósofo,

Um tal processo de amplificação progride indefinidamente: cada camada do cristal já constituído serve de sinal para a solução supersaturada imediatamente vizinha, e a faz cristalizar: é gradualmente, no limite progressivo do cristal em vias de se “nutrir” na sua “água-mãe”, que a informação se transmite: a função entrada e a função saída se propagam, recrutando progressivamente toda a energia potencial da solução primitiva, até a estabilidade final. É essa transferência gradual, alimentada energeticamente pela mudança de estado no próprio local onde se produz a transformação, que se pode nomear *transdução*. (SIMONDON, 2010, grifo do autor)

A transdução, para o autor, é orientada para o futuro – é a construção do novo, progredindo indefinidamente enquanto ainda houver energia potencial para tal. E, assim como explica os fenômenos de cristalização, ela também se aplica em processos psicossociais: por exemplo, quando algo provoca a mudança de equilíbrio em um indivíduo e esta transformação é passada adiante, desencadeando alterações em outros indivíduos em estado similar.

A ingressão deste “algo” transformador em um sistema é o que chamamos de informação; e, para Simondon (2010, grifo do autor), “*ser ou não ser informação* não depende somente de características internas de uma estrutura; a informação não é uma coisa, mas a operação de uma coisa ingressando num sistema, e nele produzindo uma transformação”. O filósofo também aponta que, para que haja um processo informacional, não é necessária uma espécie de “baliza” institucional; o boato não é menos qualificado que o anúncio formal, se efetivamente provocar uma alteração no meio.

No caso do fenômeno psicossocial, o ato de incidência constitui a entrada pelo próprio fato de a amplificação transdutiva ser

efetivamente desencadeada, e não por um privilégio institucional: o boato pode ser mais eficaz do que o anúncio, mesmo que o anúncio se beneficie de importantes meios de transmissão hertziana ou da imprensa de grande tiragem. (SIMONDON, 2010)

No entanto, a transformação só ocorre caso o receptor tenha potencial para tal – é preciso, nos termos de Simondon, que ele esteja em estado “metaestável”, uma “realidade que não possui inteiramente nela mesma a determinação do curso de seu devir”. E, em processos psicossociais, “os estados tensos – medo, inquietude, esperança de transformação – são, muito geralmente, o equivalente psíquico dos regimes físicos de metaestabilidade” (SIMONDON, 2010).

Nesse sentido, observa-se que a propaganda política computacional se amplifica de forma transdutiva quando se propaga em cadeia, crescendo seu alcance exponencialmente. Por exemplo, a mensagem recebida provoca uma alteração no equilíbrio do indivíduo que a recebe, o qual a repassa aos amigos e conexões online. Estes, ao serem, de certa forma, transformados, também a passam adiante, e assim sucessivamente. Porém, é importante destacar que, para que de fato haja uma mudança no estado do receptor, é preciso que a mensagem caia em solo fértil; assim, apenas uma rede de dispersão pronta para distribuir propaganda política não explica totalmente a aderência a tais mensagens; é preciso impactar *algo* preexistente para que a engrenagem possa ser colocada em marcha.

Galloway (2010), ao se perguntar qual seria o potencial de uma rede e seus impactos na questão da cidadania digital, aponta que “redes de informática são relativamente indiferentes a conteúdo semântico e interpretação. Uma rede não é um texto”; portanto, as redes “têm de ser entendidas como sistemas ou como máquinas”. Dessa forma, se há algo que mobiliza as redes a partir de uma “leitura”, é preciso considerar outras formas de “ler”, um novo modelo baseado “em uma noção imanente ou maquinica de software” (GALLOWAY, 2010, p. 95). O autor se refere a “redes” de forma mais ampla do que apenas às chamadas redes sociais; este tipo de funcionamento, porém, também se aplica ao fenômeno que pretendemos observar mais atentamente neste artigo, pois diversos grupos políticos se utilizam deste tipo de estrutura, típico do ciberespaço, para amplificar a dispersão de suas mensagens.

Assim, busca-se uma nova forma de olhar para os atores políticos online. Não mais a partir de um entendimento moderno de sujeito autônomo e esclarecido que se guia a partir da razão (KANT, 1784) e que, portanto, pressupõe que a atuação política

tem por base o debate qualificado e a argumentação estritamente racional. Há outras forças motrizes que também podem estar em jogo – e, aqui, interessa-nos especialmente a ideia de “afetos”. Massumi (2016), por exemplo, a partir de uma concepção deleuziana de indivíduo (ou “divíduo”), fala em “política baseada em afetividade”, e afirma:

O intercurso supostamente racional que a democracia liberal assume como a condição necessária para sua estrutura de representação foi inundado pelo afeto revolvido pela instabilidade estruturalmente desabonada. As marés afetivas sobem e descem. Em tempos de cheia, elas prefiguram movimentos emergentes posteriores, distantes-do-equilíbrio, cuja direção é cada vez mais imprevisível. (MASSUMI, 2016, p. 14)

A partir do exposto, pretende-se observar, portanto, os afetos que podem ter sido colocados em marcha pela propaganda política computacional feita durante as eleições brasileiras de 2018; ou, de outra forma, que elementos do discurso utilizado em tais mensagens podem ter causado uma mobilização em indivíduos e, assim, se propagado transdutivamente em uma estrutura em rede típica das mídias sociais. Como a nova direita brasileira apresentou grande crescimento nos últimos anos com atividade principalmente digital, defende-se que olhar para os seus modos de atuação pode dar pistas sobre as novas dinâmicas políticas que se fazem possíveis no ciberespaço. Dessa forma, analisaremos algumas publicações feitas pelo Movimento Brasil Livre (MBL) no Twitter durante o período eleitoral de 2018.

O MOVIMENTO BRASIL LIVRE E AS ELEIÇÕES DE 2018

O Movimento Brasil Livre (MBL) é uma das vozes relevantes da nova direita nos debates políticos atuais no Brasil. O grupo surgiu em meados de 2013 e ganhou especial importância durante as manifestações que resultaram no impeachment de Dilma Rousseff (ROCHA, 2018). Após a queda da presidente, o MBL, além da oposição ao Partido dos Trabalhadores (PT), passou a apoiar também pautas mais localizadas ou questões relativas à agenda de costumes, como a crítica a exposições sobre diversidade sexual – e, ainda assim, conseguiu dar repercussão nacional a algumas de suas reivindicações. Atualmente, há membros do grupo que conseguiram se eleger para atuar nas esferas tradicionais da política, como o deputado federal Kim Kataguiri (DEM-SP) e o vereador do município de São Paulo Fernando Holiday (DEM).

A capacidade de pautar a agenda de discussões online tem se tornado uma forma de pressão social cada vez mais valiosa: tem se observado que as discussões digitais podem gerar impactos substanciais na atividade parlamentar tradicional. Em consonância com esta lógica, o MBL possui uma rede de influência ampla e muito bem articulada, e há argumentos ou ideias difundidos em seus canais de comunicação que conseguem se espalhar com uma rapidez impressionante. A título de demonstração do tamanho online do grupo, em 9 de julho de 2019 o MBL contava com 3.426.137 seguidores em sua página oficial no Facebook; 461.081 no Twitter; e 869.815 no Instagram. Somadas, estas três plataformas davam ao movimento um potencial de audiência direta de 4,7 milhões de perfis³. Estes números eram apenas das páginas que se propõem nacionais; o MBL também possui uma série de canais nas redes sociais voltados para questões locais.

Atualmente, devido a diferentes limitações nas plataformas mantidas pelo Facebook (entre as quais a rede social homônima, o Instagram e o WhatsApp), o Twitter é o ambiente online em que mais é possível coletar dados a partir de ferramentas terceirizadas (ou seja, que não são fornecidos pelas próprias plataformas). A análise neste artigo, portanto, se restringirá às discussões publicadas nesta rede social, já que é a fonte de onde se conseguiu mais material. Ainda que as dinâmicas observadas no Twitter não necessariamente reflitam o todo das discussões políticas online, defende-se que o estudo da propaganda política computacional a partir de um recorte específico também é significativo.

Para a coleta dos dados no Twitter, utilizou-se uma ferramenta chamada Sysomos que, a partir de uma *query* booleana determinada, consegue rastrear todos os tweets que possuam os termos desejados no intervalo temporal definido. Nesta análise, buscou-se as mensagens que continham MBL, “Movimento Brasil Livre” e MBLivre⁴ – este último, por ser o nome de usuário do perfil oficial do grupo no Twitter, permite que sejam coletadas tanto publicações feitas pelo próprio MBL quanto menções a ele.

³ Vale ressaltar, porém, que esse volume não equivale ao total de indivíduos atingidos por publicações do grupo, pois uma mesma pessoa pode ter perfis em várias redes sociais diferentes, ou mais de um perfil por rede. Sendo assim, o total de indivíduos nessa audiência é muito menor. No entanto, também se observa que é comum que internautas sejam ativos em mais de uma plataforma, compartilhando publicações e interagindo com as conexões que possuem ali. Além disso, há a possibilidade de parte desses perfis serem robôs; a atividade de *bots* e *cyborgs* na dispersão de mensagens, porém, não deve ser desprezada.

⁴ Query booleana utilizada: MBL OR “Movimento Brasil Livre” OR MBLivre.

Uma vez que o interesse da pesquisa são os debates online feitos no Brasil, mostrou-se necessária uma forma extra de filtrar a coleta da ferramenta. O filtro geográfico do Sysomos, porém, não é muito preciso e restringe muito os resultados de busca; assim, optou-se pelo filtro linguístico, captando-se apenas as mensagens em português. Dessa forma, é possível que, no montante total coletado, haja referências ao grupo publicadas em outros países; além disso, tweets no Brasil feitos em outras línguas não foram considerados. Por outro lado, o filtro em português, em vez do filtro geográfico, permite que sejam incluídas na coleta mensagens de robôs que possam estar registrados em outros países, o que não é incomum. Como os *bots* e *cyborgs*⁵ são também atores importantes no debate político digital, não é de interesse, aqui, excluí-los do montante a ser analisado.

Como recorte temporal, escolheu-se trabalhar com publicações feitas entre o início da propaganda eleitoral oficial e o segundo turno das eleições, ou de 16 de agosto a 28 de outubro de 2018. Ainda que o debate político online não se restrinja ao período eleitoral oficial, entende-se que, nesse momento, assuntos relacionados a política têm força relevante, pois a escolha dos representantes está no centro das atenções nacionais.

Sendo assim, no período definido, foram feitas 1.089.234 publicações relativas ao MBL em português no Twitter. Nesta análise, olharemos com maior atenção para as 100 mensagens com maior número de retweets (RTs) no montante coletado, partindo do princípio de que, nelas, é possível identificar os principais temas mobilizadores de afetos nas discussões políticas online relacionadas ao grupo na rede social. Somando-se o número de RTs registrado pelo Sysomos nestes 100 tweets, tem-se um volume de 253.035 publicações – o que equivale a 23,2% do volume total.

Como a atuação de *bots* e *cyborgs* é frequente no Twitter, é possível que parte do volume de RTs tenha sido feita por este tipo de ator político. Entendemos, porém, que isto não invalida a amostra: se o MBL tiver utilizado robôs para alavancar suas publicações, esta é uma variável que atravessa todo o universo de tweets – no período analisado, não foram identificados picos de publicações muito fora da média (o que, geralmente, indica um uso de robôs exacerbado ou um interesse muito maior dos “humanos” em torno de um determinado assunto, o que pode ser motivado por

⁵ Malini (2017) diferencia humanos, *bots* e *cyborgs*: “Cyborg, que é uma pessoa cuja conta, falsa ou não, é metade humana e metade robô, ao mesmo tempo. A diferença fundamental dos cyborgs em relação aos humanos e bots: uma maior atividade de publicação de mensagens. Além disso, cyborgs são pessoas que tendem a usar ferramentas de auto pilotagem de publicação, como Hootsuite, que permite gerenciar dezenas de contas simultaneamente, programando publicações em diferentes redes sociais”.

eventos externos, alguma declaração polêmica ou a viralização de um assunto. É preciso olhar caso a caso).

A simbiose entre humanos e robôs já é característica do meio digital. O artifício dos *bots* pode dar combustível extra a certas publicações ou discussões, podendo de fato fazer com que elas alcancem um público maior; no entanto, se a mensagem não cair em terreno fértil, a propagação perde força.

Mas voltemos à análise de nosso grupo político de interesse. Miguel (2018), ao comentar o que chamou de “reemergência” da direita brasileira, apontou que não é possível falar em uma direita única, no singular, e que há diversos grupos diferentes que convergem em prol de defender um ideal ou combater um inimigo em comum. E, entre os setores mais extremos, haveria três eixos principais: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do anticomunismo.

Segundo o autor, a ideologia libertariana é a favor de um Estado mínimo e divulga a ideia de que é justa toda situação baseada em mecanismos de mercado e em contratos “livremente” estabelecidos. Além disso, como o próprio nome indica, prega que a liberdade é o valor central a ser defendido – mas a liberdade a partir de uma definição específica, que a opõe à igualdade. Como Miguel descreve,

Esta suposta oposição se torna equivalente à distinção entre a esquerda, defensora da igualdade, e a direita, que veste as cores da liberdade. O Estado, agente caracterizado pela capacidade de impor coercitivamente suas decisões, é o oposto do mercado, terreno das trocas voluntárias e “livre”, onde se realiza a “liberdade econômica”. (MIGUEL, 2018, p. 19)

O anticomunismo, por sua vez, reciclou-se na América Latina no medo do “bolivarianismo” venezuelano, que seria a principal ameaça local. Além disso, no Brasil, sobrepõe-se frequentemente ao antipetismo, ainda que o Partido dos Trabalhadores nunca tenha sido efetivamente comunista. Miguel também destaca que é significativa uma fusão entre o anticomunismo e o reacionarismo moral, a partir de uma leitura fantasiosa de Antonio Gramsci, chamada “marxismo cultural” – com acusações de que, para os supostos adeptos de tais ideias, “um passo fundamental para a derrubada do capitalismo e da ‘civilização ocidental’ seria a dissolução da moral sexual convencional e da estrutura familiar tradicional” (MIGUEL, 2018, p. 22).

A partir dessas definições, o Movimento Brasil Livre seria, a princípio, uma militância predominantemente libertariana – além de conter o “livre” no nome, o que

por si só já poderia indicar a defesa desta ideologia, publicamente o grupo apoia uma série de propostas cuja premissa principal seria o que chamam de liberdade e que são fundadas na ideia de menor Estado possível, defendendo relações baseadas na lógica do mercado. Em seu perfil oficial no Twitter, o grupo se define como “uma entidade suprapartidária que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera”⁶. Na página oficial no Facebook, a descrição vai além: “defendemos a Democracia, a República, a Liberdade de Expressão e de Imprensa, o Livre Mercado, a Redução do Estado, Redução da Burocracia”⁷.

Em seu site oficial, o MBL divulga um documento elaborado por membros do grupo em novembro de 2015 com uma lista das políticas públicas que defende para o país. Ali, é possível observar que grande parte das propostas tem importante influência do pensamento liberal, como: “gestão privada de escolas públicas”, “abertura de mercado hospitalar a empresas estrangeiras”, “privatizar ou transformar em PPPs os serviços de saneamento básico dos municípios”, “a lei trabalhista deve ser modificada para que os acordos bilaterais se sobreponham aos direitos atuais”, “fim da função social da propriedade. A propriedade privada não pode ser relativizada”, entre outras (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015). Desburocratização, privatização, abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro e redução de impostos são ideias muito presentes no texto.

No entanto, nas redes sociais durante as eleições, o forte do grupo foi o ataque à esquerda: suas publicações tiveram alcance muito maior quando atacaram seus “inimigos” do que quando endossaram seus pares. O MBL nasceu e se fortaleceu em um contexto de oposição ao PT; portanto, de certa forma seria natural que, de tempos em tempos, houvesse certa reciclagem de um discurso que foi fundamental em sua fundação. O que se observa, porém, é que sua atuação no ciberespaço é majoritariamente em uma chave de crítica à esquerda – e, agora, não apenas ao PT, mas também a partidos como PSOL: seus líderes ou nomes proeminentes foram alvos constantes. No segundo semestre de 2018, o MBL fez publicações em defesa da “cartilha” liberal, mas estas tiveram pouquíssima força – não engajaram seus seguidores, circulando muito menos.

Entre as 100 publicações relativas ao MBL com maior dispersão no Twitter, por exemplo, não foram identificadas discussões relacionadas às pautas liberais. Por

⁶ Link do perfil no Twitter: <https://twitter.com/MBLivre>

⁷ Link da página no Facebook: <https://www.facebook.com/pg/mblivre/about>

outro lado, 59 dessas mensagens usaram termos como PT, PSOL, esquerda, esquerdista, comunista, petista, Lula, Dilma, Haddad, Boulos, Manuela D'Ávila, Gleisi Hoffmann, Marielle Franco e Venezuela.

Em 30 de setembro de 2018, por exemplo, o perfil oficial do MBL publicou: “Você realmente sabe quem é Haddad?”, junto a um vídeo em que são feitas pesquisas no Google como “pior prefeito do Brasil” (nos resultados, aparecem links para pesquisas que apontam que seria o petista), “Fernando Haddad corrupção”, “Fernando Haddad enriquecimento ilícito”, “Fernando Haddad caixa 2”, “Fernando Haddad superfaturamento de obras”, “Fernando Haddad lavagem de dinheiro”, “Fernando Haddad formação de quadrilha” (nos resultados destes últimos, há links para notícias para as acusações contra o petista)⁸. A trilha sonora é tensa, como em um filme de terror. Este tweet foi o 4º com maior dispersão entre os analisados, somando 6,1 mil RTs. O que importa, neste tipo de publicação, não é fomentar uma discussão, mas associar a figura de Haddad à de bandido – pura e simplesmente. Não há um debate sobre o que seriam essas acusações feitas contra Haddad ou a metodologia da pesquisa que o apontou como pior prefeito do país, por exemplo.

Alguns dias depois, em 10 de outubro, o grupo publicou: “Sobre minorias: Números de assassinatos de negros aumentou 58% durante o governo do PT; de mulheres aumentou 18%; de gays, aumentou 242%. O PT nunca teve capacidade de defender minorias nem qualquer brasileiro e ainda fala em desencarcerar mais bandidos agora. Vergonha”⁹. Com 5,8 mil RTs, esta mensagem foi a 6ª mais compartilhada no período. É importante pontuar, em primeiro lugar, que a validade desses dados, ou ao menos a forma como foram utilizados, é questionável. Em tweet publicado em sequência, o grupo afirma que as fontes para o comentário foram o Atlas da Violência e o Grupo Gay da Bahia, divulgando os sites de onde teriam tirado tais números¹⁰. Ao entrar no primeiro link, entre as possibilidades de acesso aos dados sobre homicídios no país, é possível visualizá-los por raça e por gênero e ao longo dos anos. Então, comparando-se os números absolutos de assassinatos de negros e de mulheres nos anos de 2003 e de 2016 (início e fim dos governos petistas), de fato tem-se um crescimento de 58% nas mortes do primeiro grupo e de 18% nas do segundo. Porém, uma análise deste tipo sobre a questão da violência também deveria levar em conta variáveis como a ampliação da população; afinal, trata-se de um período de

⁸ Link para a publicação: <https://twitter.com/MBLivre/status/1046393047016243200>

⁹ Link para a publicação: <https://twitter.com/MBLivre/status/1050037474192445440>

¹⁰ Link para a publicação: <https://twitter.com/MBLivre/status/1050037714589020160>

mais de uma década, em que há mudanças significativas no universo analisado. Se, diferentemente do que foi feito pelo MBL, olhamos para as taxas por 100 mil habitantes, por exemplo, observa-se que, no mesmo período, houve um aumento de cerca de 17% nos homicídios de negros e de 3% nos de mulheres. Ou seja, os números mencionados pelo grupo não são falsos, mas, da forma como são apresentados, podem levar a uma interpretação errônea. No Atlas da Violência, não foram encontrados dados sobre a sexualidade das vítimas. Assim, é possível que a fonte para os números citados pelo MBL sobre assassinatos de homossexuais tenha sido o Grupo Gay da Bahia; o conteúdo do link divulgado no tweet, porém, foi apagado.

Mas, assim como no caso anterior, não é o interesse fomentar uma discussão qualificada sobre os assuntos levantados – por exemplo, o que poderia ter causado tais aumentos? Há variações no crescimento de homicídios ao longo dos anos? Houve políticas públicas implementadas? Elas impactaram em algo? Se o governo do PT não teria sido capaz de defender minorias, de que forma as propostas do MBL (ou de Bolsonaro, que o grupo apoiava à época) poderiam defendê-las? A argumentação simplista facilita a circulação da mensagem e cumpre rapidamente o seu propósito: desqualificar o inimigo.

Anterior à checagem dos dados, aqui, seria o questionamento do que eles trazem – e, portanto, uma reflexão. Se a publicação trabalha com a mobilização de afetos, tais tweets não são lidos na chave do “racional”, em um debate plural de ideias. E, neste tipo de mecanismo, pouco importa se a mensagem é verdadeira ou falsa: ao mobilizar algo, ao provocar uma alteração no equilíbrio do leitor, ela cumpre o seu papel.

No entanto, a forma como a mensagem vai impactar o leitor nunca é totalmente previsível. É interessante notar que a publicação com maior volume de RTs, por exemplo, foi uma que ironizou o discurso do grupo. Ao compartilhar um tweet do MBL com as hashtags #PTNã e #PTNunca, um internauta comentou: “eu falando comigo mesmo antes de ir pro role”¹¹, em uma referência à expressão popular “dar PT” (“perda total”, usada também quando alguém ingere álcool demais e passa mal). A publicação teve 17,6 mil RTs.

Questões relacionadas à esquerda foram temas mobilizadores também entre os críticos do MBL. Em 6 de setembro de 2018, o grupo publicou: “Você que relativiza a facada no Bolsonaro: você é um bosta”. No mesmo dia, um internauta comentou a

¹¹ Link para a publicação: <https://twitter.com/davibrasilb/status/1046577185887318016>

mensagem, escrevendo: “Você que ridularizou [sic] a morte da Marielle divulgando notícias falsas que era mulher do Marcinho VP: você também é um bosta”¹². A resposta foi o segundo tweet sobre o grupo com maior alcance, somando 9,6 mil RTs.

O uso de mensagens de teor sensacionalista ou falso é recorrente entre as publicações do MBL. Ao chamar a atenção dos internautas e criar uma espécie de polêmica em torno da pauta que quer divulgar, o grupo consegue combustível extra para alavancar suas ideias – e, muitas vezes, a crítica ao que é dito ajuda a dar mais força à discussão. O paradoxo deste tipo de situação é claro: por um lado, não responder a uma ideia pode fazer com que ela se enfraqueça, mas narrativas falsas ou, no mínimo, controversas, circulariam livremente sem um contraponto; por outro, questionar e apresentar outras versões sobre o que é dito pode ajudar a colocar uma *fake news* sob os holofotes.

Por exemplo, em 17 de outubro uma internauta publicou: “O Fernando Holiday fez uma postagem dizendo que a Ku Klux Klan é de esquerda. E os coxinhas estão concordando. JURO POR DEUS. MBL é um dos maiores doutrinadores de imbecis do nosso país”¹³. O tweet teve 5,7 mil RTs. Ku Klux Klan não era de esquerda, como é sabido por quem conhece a história do grupo. Ainda que seja importante criticar este tipo de ideia, a argumentação racional poderá não surtir o efeito desejado: uma vez que o que é mobilizado é a ojeriza à esquerda, não há um debate aprofundado sobre o que seria de fato a organização norte-americana. Assim, observa-se, por exemplo, que nas respostas deste tweet perfis favoráveis ao MBL evocam questões que não estão relacionadas diretamente à Ku Klux Klan, como: “Qual moral vcs tem pra questionar o Fernando Holiday se o Partido de vcs idolatram o Che Guevara e outros Ditadores?...esqueci que vcs é hipócritas, só ataca quem lhes convém [sic]”¹⁴ e “#OLulaTaPresoBabaca depois vai ser o poste”¹⁵.

Jameson (1985) apontou dois aspectos que seriam centrais no que chamou de pós-modernidade: o pastiche e a esquizofrenia, definindo-os, de forma geral, como “a transformação da realidade em imagens, a fragmentação do tempo em uma série de presentes perpétuos” (p. 26) - ou um modo de funcionamento a-histórico, imediatista, superficial e espetacular. Atualmente, é possível dizer que a propaganda política em redes sociais opera em uma chave similar, pois há uma sucessão de pautas pontuais

¹² Link para a publicação: https://twitter.com/igorsdias_/status/1037799897741836288

¹³ Link para a publicação: <https://twitter.com/calulabarros/status/1052502340089987078>

¹⁴ Link para a publicação: <https://twitter.com/AlineRo0430/status/1052572152602320897>

¹⁵ Link para a publicação: <https://twitter.com/slzr1/status/1052519011395620865>

e simplistas que tendem à espetacularização e são defendidas a partir da mobilização de afetos que estão em alta no momento. A argumentação de grupos como o MBL não se baseia em uma lógica linear e historicamente coerente, assim como a do público que endossa as mensagens de tais movimentos. Por exemplo, em um momento o grupo se diz “contra a corrupção” e, em outro, manifesta-se abertamente a favor de Michel Temer, mesmo após as acusações de executivos da JBS, em 2017, de que o então presidente teria autorizado a compra do silêncio de Eduardo Cunha. Não é de nosso interesse, porém, acusá-los de hipocrisia, mas pensar as novas formas de entendimento e relação com a realidade que embasam este tipo de funcionamento.

CONCLUSÃO

O ciberespaço, com suas dinâmicas próprias, permitiu o desenvolvimento de novas formas de atividade política. Em um primeiro momento, a estrutura aparentemente horizontal da Internet e das redes sociais fomentou utopias sobre as possibilidades de uma nova cidadania, baseada na ideia de uma “ágora digital” em que todos os membros poderiam ter voz, manifestar plenamente suas ideias e, caso preciso, se unir para derrubar governos ditatoriais – não à toa, as diversas manifestações que ocorreram no Oriente Médio e no Norte da África entre 2010 e 2011, convocadas via redes sociais, foram chamadas de *Primavera Árabe*. Alguns anos depois, porém, observou-se também o fortalecimento de movimentos de extrema direita, especialmente devido à grande circulação de *fake news* e discursos de ódio online. Assim, o espaço que antes era tido como o local que iria possibilitar a emancipação humana passou a ser visto como a peça central em uma grande distopia, em que progressos sociais e direitos constituídos seriam destruídos à revelia.

Não é preciso temer, mas buscar novas armas. Como já dito anteriormente, neste artigo não se teve a intenção de olhar para a Internet em uma chave *a priori* “positiva” ou “negativa”, mas tentou-se apontar as novas dinâmicas que ocorreriam no ciberespaço e as atuações políticas que elas permitiriam. Como discutido, não cabe mais pensar a Internet como uma grande esfera pública equilibrada, em que as ideias políticas são amplamente debatidas a partir de argumentos racionais. Há uma outra lógica que também interfere neste cenário, e que poderia ser entendida a partir da mobilização de afetos.

Assim, ao analisar a propaganda política computacional feita por um grupo relevante da nova direita brasileira, este trabalho buscou traçar um panorama sobre a participação política atual, apontando que há mensagens que agiriam como “mobilizadoras de afetos” e que se propagariam principalmente por meio de uma lógica transdutiva – necessitando, porém, que o ambiente que vai receber a propaganda contenha potencial para que a transformação ocorra. Ou seja, uma rede de distribuição muito bem construída ou a atuação de robôs podem contribuir para o alcance das publicações, mas não explicam totalmente a adesão a um determinado discurso político. No caso do MBL, como apontado, o que mobilizou a audiência foi o ataque à esquerda, com a identificação de um inimigo comum responsável pelos males do país. Outras propostas, como as pautas liberais, não tiveram o mesmo sucesso de engajamento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In.: GALLEGOS, E. S. (Org.). **O Ódio como Política**. São Paulo: Boitempo, p. 27-32, 2018.

BARBROOK, Richard; CAMERON, Andy. **A Ideologia Californiana**. Tradução de Marcelo Träsel. União da Vitória: Monstro dos Mares, 2018.

BARLOW, John Perry. **A Declaration of the Independence of Cyberspace**. Fev. 1996. Disponível em: <https://www.eff.org/cyberspace-independence>.

DELEUZE, Gilles. **Post-Scriptum sobre as sociedades de controle**. In. Conversações. São Paulo: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

JAMESON, Fredric. Pós-Modernidade e Sociedade de Consumo. In. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n.12, p.16-26, jun. 1985.

GALLOWAY, Alexander. Qual o potencial de uma rede?. In: **Cidadania e redes digitais**. Sergio Amadeu da Silveira (org). São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010.

GRASSEGER, Hannes; KROGERUS, Mikael. Big data: toda democracia será manipulada? In. **Outras palavras: jornalismo de profundidade e pós-capitalismo**. 05 fev. 2017. Disponível em: <https://outrapalavras.net/tecnologiaemdisputa/big-data-toda-democracia-sera-manipulada/>.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: "O que é o Iluminismo?"** (1784). Tradução de Artur Morão. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf.

MALINI, Fábio. **O julgamento do #Mensalão: polarização política e a origem dos haters políticos no Twitter**. 31 jul. 2017. Disponível em: <https://midianinja.org/fabiomalini/o-julgamento-do-mensalao-polarizacao-politica-e-a-origem-dos-haters-politicos-no-twitter/>.

MASSUMI, Brian. **O capital (se) move**. São Paulo: N-1, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In.: GALLEGU, E. S. (Org.). **O Ódio como Política**. São Paulo: Boitempo, p. 17-26, 2018.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Propostas aprovadas no primeiro congresso nacional do Movimento Brasil Livre em novembro de 2015**. Disponível em: <https://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>.

ROCHA, Camila. O *boom* das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância. In.: GALLEGU, E. S. (Org.). **O Ódio como Política**. São Paulo: Boitempo, p. 47-52, 2018.

SIMONDON, Gilbert. Introdução. In. **Du mode d'existence des objets techniques**. Paris: Aubier-Montaigne, 2008 [1958]. Tradução de Pedro Peixoto Ferreira. Disponível em: <https://cteme.wordpress.com/publicacoes/do-modo-de-existencia-dos-objetos-tecnicos-simondon-1958/introducao>.

SIMONDON, Gilbert. L'amplification dans les processus d'information. In: **Communication et information: cours et conférences**. Paris: Les Éditions de la Transparence, 2010. Tradução de Pedro Peixoto Ferreira e Evandro Smarieri. Disponível em: <https://sociologiassociativa.wordpress.com/projetos/simondon/a-amplificacao-nos-processos-de-informacao>.